

A III Cimeira UE – CELAC, oito anos depois

Nancy Gomes

Nos dias 17 e 18 de julho realizou-se a III Cimeira União Europeia (UE) – Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), em Bruxelas, depois de um interregno de oito anos desde a realização da II Cimeira, no mesmo lugar, em junho de 2015.

A UE e a América Latina e Caribe: a formalização de um espaço bi-regional

A guerra das Malvinas, em 1982, evidenciou o distanciamento entre ambas as margens do Atlântico, mas foi, precisamente, a partir da década de 1980 que uma série de acontecimentos na América Latina e Caribe (ALC) facilitou uma reaproximação e a revitalização dos interesses europeus na região.

A guerra na América Central e o evidente “cansaço” latino-americano face à política “intervencionista” dos Estados Unidos da América (EUA); a crise da dívida externa que irrompe em 1981-82, com o seu impacto negativo nas relações económicas internacionais dos latino-americanos; e o início do retorno da democracia, particularmente nos países do cone sul americano, atraiu a atenção dos governos do Velho Continente. Muitos dos processos de transição democrática na América Latina serão conduzidos de facto por partidos políticos com fortes ligações aos partidos europeus. Ao mesmo tempo, na Europa, o clima de “distensão progressiva” nas relações entre

Portugal e Espanha – que resulta do processo de negociação da adesão destes dois países às Comunidades Europeias (1976-1985) –, e as diferentes parcerias que a partir daí se estabelecem darão dinamismo e sentido ao relacionamento entre os Estados que configuram estas duas regiões.

“Com o fim da Guerra Fria, a ALC perde a sua anterior relevância estratégica para os Estados Unidos(...)”

Com o fim da Guerra Fria, a ALC perde a sua anterior relevância estratégica para os Estados Unidos e os temas de segurança diluíram-se na agenda regional do vizinho do Norte para serem substituídos por assuntos considerados de menor alcance estratégico global, como o controlo do narcotráfico, dos fluxos migratórios, assim como as ameaças ambientais. . Ao mesmo tempo, a globalização dos processos produtivos tornou imperativo que a região diversificasse as suas trocas com o resto do mundo, incluindo os países da Velha Europa.

Com efeito, a participação europeia no processo de paz na América Central; a institucionalização do Diálogo UE – Grupo do Rio (Declaração de Roma, dezembro de 1990) e as Cimei-

ras Ibero-Americanas, a partir de 1991; as reuniões conjuntas no quadro da Assembleia Geral das Nações Unidas; e o desenvolvimento de relações económicas e políticas entre a UE e outros blocos que entretanto foram emergindo na região latino-americana, como o Mercosul, criaram, em pouco mais de uma década, uma intensa rede de intercâmbios e de interesses comuns. Na Estratégia para América Latina de 1994, adoptada pelo Conselho da UE, e na Comunicação da Comissão de 1995, introduz-se a ideia de que é necessário construir uma relação de “parceria” com a América Latina, procurando dar um salto qualitativo neste relacionamento. Desta forma, “o diálogo político e a cooperação ao desenvolvimento”, prioridades na agenda bi-regional até então, cedem espaço para outros temas, como “a democracia, os direitos humanos, e a liberalização do comércio”.

A 23 Outubro de 1995, a Comissão definirá as Novas Orientações Gerais para a Cooperação com a América Latina, através de uma Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, intitulada “UE – América Latina. Actualidade e Perspectivas do Fortalecimento da Parceria (1996-2000)”, que propõe, pela primeira vez, uma política de cooperação exclusiva destinada à América Latina. Passamos a falar de uma “estratégia regionalista” por parte da UE, que aposta pela integração da região e propõe como objectivo o estabelecimento de uma parceria bi-regional.

ALC “parceiro estratégico”



Fonte: elaboração própria com alguns dados obtidos a partir do site do Conselho da União Europeia, em <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/eu-celac-relations/>

A comunicação da Comissão “Uma Nova Parceria UE – América Latina nos Alvores do Século XXI”, de Março de 1999, insiste na necessidade de reforçar ainda mais os vínculos criados entre as duas regiões. Em Junho do mesmo ano, no Rio de Janeiro, realiza-se a I Cimeira UE – ALC visando o estabelecimento de uma parceria estratégica bi-regional.

A dinâmica das Cimeiras até 2011

As datas de 28 e 29 de Junho de 1999 marcam o início dos encontros ao mais alto nível entre os Estados de

ambas regiões. Primeiro, no formato União Europeia (UE) – América Latina e Caribe (ALC), para depois passar, em 2013, para o formato UE – Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A I Cimeira UE – ALC ocorreu num contexto favorável – imbuídas as partes do espírito solidário dos primeiros anos do pós-Guerra Fria. Enquanto o projecto europeu se expandia para Leste, promovendo o seu modelo de integração pelo mundo fora, os latino-americanos investiam esforços para consolidar as suas democracias e melhorar as suas economias sob o paradigma “neolibe-

ral”. Os Estados, reunidos no Rio de Janeiro, decidem estabelecer uma “parceria estratégica” sobre as seguintes bases: diálogo político sob o primado do Direito Internacional; relações económicas e financeiras no quadro do livre comércio; e uma cooperação mais dinâmica e criativa nos âmbitos educativo, científico, tecnológico, cultural, humano e social (ponto 7 da Declaração Final).

A II Cimeira realizou-se em Madrid, em 2002, pouco tempo depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro, em Nova Iorque. A “securitização das agendas” por parte dos Estados Uni-

dos e dos seus aliados europeus passa a priorizar a luta contra o terrorismo, e a região da ALC, exibindo um certo “pacifismo” (sem guerras entre Estados, desde 1995; livre de armas nucleares; e distante das ameaças terroristas), perde importância como área estratégica de intervenção para as grandes potências.

As III e IV Cimeiras, realizadas em Guadalajara, em 2004, e em Viena, em 2006, respectivamente, deram destaque a temas como a reforma dos sistemas multilaterais, a coesão social, o desenvolvimento sustentável, as migrações, a crise financeira internacional, inovação e tecnologia e a solução pacífica de conflitos. Apesar da “boa vontade” manifestada pelas partes, não observamos avanços significativos no processo de aprofundamento dos vínculos entre as duas regiões.

A V Cimeira realiza-se em Lima, em 2008, e a VI Cimeira em Madrid, em 2010. Em Lima, adoptam-se medidas, entre outras coisas, para facilitar o investimento em infraestruturas nos âmbitos da energia, transporte sustentável, redes de comunicação, sector social e ambiental, e de apoio aos investimentos das pequenas e médias empresas. Em Madrid, avançou-se para a identificação dos eixos para o desenvolvimento de uma verdadeira parceria:

1. Resposta conjunta e coordenada perante os desafios globais;
2. Promoção da inovação e tecnologia a escala bi-regional, tendo em conta o desenvolvimento sustentável e a inclusão social;
3. Reforço institucional e formal da parceria.

As decisões de criar um Mecanismo de Investimentos, dotado com 125 milhões de euros (até 2013); instituir a Fundação UE-ALC; implementar o espaço do conhecimento UE – ALC; e aprovar acordos entre a UE e os países da América Central, a Colômbia e o Peru mostram-nos um maior dinamismo a este nível, no âmbito do espaço bi-regional.

A dinâmica das Cimeiras, a partir de 2011

Um ano depois da Cimeira de Madrid, em 2011, nasce oficialmente a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, ou CELAC, como um mecanismo para o diálogo e a concertação política regional. Agora no formato UE – CELAC, realizaram-se, sucessivamente, a I Cimeira, em Santiago de Chile, em 2013, e a II Cimeira, em Bruxelas, em 2015. Neste ano (Julho), realizou-se a III Cimeira, novamente em Bruxelas.

Em Santiago, as partes reafirmaram os valores comuns, como são a democracia e o respeito pelos direitos humanos, e assumiram a necessidade de uma acção concertada perante os problemas globais no quadro multilateral, através da criação de mecanismos efectivos de combate às ameaças à segurança dos Estados. As partes aprovaram também um acordo para dar impulso ao comércio bilateral e foi ampliado o plano de acção da cooperação bi-regional, adoptado em Madrid, em 2010. Pela primeira vez, discutiu-se sobre segurança jurídica e investimentos estrangeiros.

Da II Cimeira, em Bruxelas, resultou um

Plano de Acção com o foco na ciência, investigação, inovação e tecnologia; no desenvolvimento sustentável; no meio ambiente; nas alterações climáticas; na biodiversidade; na energia; na integração regional e conectividade para fomentar a integração e a coesão social; no fenómeno das migrações; na educação e emprego; no problema mundial da droga; nas questões de género; no investimento e espírito empresarial para um desenvolvimento sustentável; e na segurança do cidadão (Declaração Final de Bruxelas, 2015). Apesar do consenso em torno das principais áreas de cooperação, o letargo instalou-se no plano do relacionamento bi-regional por longos oito anos.

A III Cimeira, realizada em Julho de 2023, adoptou o lema “Renovar a parceria bi-regional para fortalecer a paz e o desenvolvimento sustentável”. Oito anos depois, as partes reunidas em Bruxelas manifestaram o desejo de relançar um relacionamento entre duas regiões que partilham a mesma história e os mesmos valores, mas que não percebem de igual forma certas ameaças como o belicismo da Rússia, demonstrado com a invasão da Ucrânia, ou a crise humanitária na Venezuela. Cientes da complexidade dos tempos que se vivem, as expectativas foram-se (mais ou menos) ajustando tendo em vista os consensos necessários em torno de temas (com prévio entendimento) como o combate às alterações climáticas e a transição energética e digital. Outros assuntos como as negociações entre a UE e o Mercosul ficaram adiados. É de destacar, o anúncio feito pela presidente da

Investimento da UE (27) na América Latina (em milhões de euros)

2017	672063,5
2018	697021,2
2019	707343,2
2020	634035,3
2021	693000

Fonte: EUROSTAT e Conselho da UE (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/BOP_FDI6_GEO_custom_7698605/default/table?lang=en)

Comércio externo da UE (27) com os países da América Latina (em milhões de euros)

2017	18258,6
2018	19702,5
2019	23207,7
2020	12443,1
2021	16510,3

Fonte: Eurostat, em Extra-EU trade by partner

Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, de um investimento na ordem dos 45.000 milhões de euros destinado à região, no âmbito do Global Gateway¹.

Considerações finais

A reaproximação entre os países de ambas regiões tem início na década de 1980, coincidindo com o retorno da democracia nos países do cone sul americano e a entrada de Portugal e Espanha nas Comunidades Europeias. Merece destaque o papel das Internacionais Políticas, como a Internacional Socialista, incumbidas da missão de “promover a democracia” junto dos diferentes agentes políticos latino-americanos. O fim da Guerra Fria e o desinteresse “benevolente” dos EUA irão facilitar a diversificação dos interesses latino-americanos para outros

Estados, incluindo os europeus.

Em pouco mais de uma década cria-se, pois, uma intensa rede de intercâmbios e forja-se o interesse comum no sentido do estabelecimento de uma parceria. As duas regiões estabeleceram um diálogo político formal, de forma paralela, ao nível inter-regional, mas também sub-regional, principalmente com os países da América Central, com os andinos e com o Mercosul. No plano comercial, os acordos foram privilegiando o comércio entre a UE e alguns Estados da região, como o México, a Colômbia, o Peru, e o Chile, numa sorte de parcerias à carte.

A dinâmica das cimeiras reflecte o estado de saúde do multilateralismo e a influência dos contextos internacionais, regionais e nacionais em que ocorre esta forma de relacionamento entre Estados. Depois de oito anos

de interregno, retomou-se o diálogo em Bruxelas e decide-se avançar naqueles temas previamente objecto de consenso, entre os quais a luta contra as alterações climáticas e a transição energética e digital. Uma agenda comum a ambas regiões reforçaria, naturalmente, a identidade do espaço bi-regional e a posição comum nas negociações internacionais sobre estes assuntos.

Referências

¹ Trata-se de uma plataforma de investimentos da UE destinada a projectos como a promoção das energias renováveis e serviços digitais.

Outras Referências e Notas

Oliveira, César (1995). *Cem Anos nas Relações Luso-Espanhola*. Lisboa: Edições Cosmos, p.213

Gomes, Nancy (2014). “A Política de Portugal para a Ibero-América. A partir de 1991”. Tese de Doutoramento. Disponível no Repositório da FCSH / Universidade Nova de Lisboa em <https://run.unl.pt/handle/10362/12339>